

QUESTÃO 01

A Constituição Federal nos arts. 182 e 183 dispõe sobre a política urbana determinando que:

- A) o plano diretor é obrigatório para as cidades situadas em área de interesse ambiental;
- B) a política de desenvolvimento urbano deve ser executada pelo Poder Público Municipal com base nas diretrizes gerais fixadas na própria Carta Magna;
- C) a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas pelo plano diretor;
- D) O poder público municipal está obrigado a exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento sob pena de desapropriação;
- E) na usucapião de área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, o possuidor tem que provar o justo título e a boa-fé.

QUESTÃO 02

Como forma de assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, nos termos do art. 225 da Constituição Federal, o Poder Público não está obrigado a:

- A) preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
- B) promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
- C) controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;
- D) preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
- E) exigir dos proprietários situados em área urbana o estudo de impacto de vizinhança.

QUESTÃO 03

De acordo com Lei Federal n ° 10.098/2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida:

- A) acessibilidade é possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- B) as barreiras podem ser classificadas em duas categorias, quais sejam, barreiras arquitetônicas urbanísticas e barreiras arquitetônicas na edificação;
- C) é considerada pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida apenas a que permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo;
- D) mobiliário urbano é qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamentos para esgotos, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;
- E) apenas o projeto e o traçado dos elementos de urbanização públicos deverão observar os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

QUESTÃO 04

Quanto ao direito de preempção previsto no Estatuto da Cidade (Lei n ° 10.257/2001) é incorreto afirmar que:

- A) o direito de preempção fica assegurado durante o prazo de vigência fixado na lei municipal e não superior a cinco anos, independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel;
- B) o proprietário será notificado pelo Poder Público municipal acerca do direito de preempção, devendo a notificação ser averbada no cartório de registro de imóveis;
- C) o proprietário deverá notificar sua intenção de alienar o imóvel, para que o Município, no prazo máximo de trinta dias, manifeste por escrito o interesse em comprá-lo;
- D) caso o Município não manifeste no prazo de trinta dias o seu interesse no imóvel, fica o proprietário autorizado a realizar a alienação para terceiros, nas condições da proposta apresentada;
- E) a alienação processada em condições diversas da proposta apresentada é nula de pleno direito;

Tipo 1

Cargo: Analista de Desenvolvimento Urbano - Direito / Nível Superior

QUESTÃO 05

Da análise do Estatuto da Cidade (Lei n ° 10.257/2001) é correto afirmar:

- A) Todos os institutos jurídicos e políticos previstos no Estatuto da Cidade para serem implementados necessitam de plano diretor e de lei específica;
- B) Os recursos auferidos com a adoção da outorga onerosa do direito de construir podem ser aplicados livremente pelo Poder Público Municipal;
- C) A transferência do direito de construir ocorre quando lei municipal, independentemente da previsão no plano diretor, autoriza os proprietários de imóveis privados a exercerem em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto na legislação urbanística vigente.
- D) Após o descumprimento da obrigação de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, o Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos após o qual o Município está obrigado a desapropriar o imóvel objeto da obrigação;
- E) Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental.

QUESTÃO 06

Quanto ao plano diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana previsto no Estatuto da Cidade, a alternativa correta é:

- A) Deve ser aprovado por lei municipal nas cidades que possuam mais de 10.000 habitantes;
- B) Engloba apenas a área urbana do município;
- C) É parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas;
- D) A lei que o instituiu deve ser revista a cada cinco anos e o prefeito que não remeter a revisão à Câmara de Vereadores responde por crime de improbidade administrativa;
- E) No caso de cidades com mais de um milhão de habitantes deve ser inserido no plano diretor um plano de transporte urbano integrado.

QUESTÃO 07

A Lei Federal n ° 6.766/79 fixa normas gerais para o parcelamento do solo urbano estabelecendo que:

- A) loteamento é a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação com aproveitamento do sistema viário existente;
- B) o desmembramento consiste na subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamentos;
- C) o lote é o terreno que ainda não está servido de infraestrutura básica;
- D) somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal;
- E) no desmembramento as vias de circulação abertas passam a integrar o patrimônio do Poder Público Municipal como bem de uso comum do povo.

QUESTÃO 08

Em cumprimento ao disposto no art. 30, VIII da Constituição Federal que impõe ao Município promover o ordenamento territorial, mediante o controle do uso e da ocupação do solo os Municípios editam legislação específica e no tocante ao Município do Recife a Lei de Uso e de Ocupação do Solo (Lei n ° 16.176/96) fixa que:

- A) todo o empreendimento comercial a ser instalado no Município do Recife deve ser objeto de estudo de impacto de vizinhança;
- B) todos os usos poderão instalar-se no território municipal, desde que obedeçam as condições estabelecidas na Lei de Uso e Ocupação do Solo quanto à sua localização em função das vias componentes do sistema viário da zona em que se localiza, do potencial de incomodidade do uso e da disponibilidade de infraestrutura;
- C) o coeficiente de utilização corresponde a um índice único, aplicável a todas as zonas da cidade de forma uniforme, que multiplicado pela área do terreno, resulta na área máxima de construção permitida, determinando juntamente com os demais parâmetros urbanístico, o potencial construtivo do terreno;
- D) o território municipal é submetido ao zoneamento, dividindo inicialmente o Município do Recife em zona urbana e zona rural e dentre as diversas zonas existentes na cidade estão as zonas de urbanização de morros que permitem um alto e médio potencial construtivo.
- E) o descumprimento das disposições estabelecidas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo dá ensejo unicamente à aplicação de multa.

Tipo 1

Cargo: Analista de Desenvolvimento Urbano - Direito / Nível Superior

QUESTÃO 09

Nos termos da Lei 16.286/1997 o proprietário do terreno, para efeito de aprovação do loteamento, deverá cumprir as etapas a seguir descritas, exceto:

- A) consulta prévia à Prefeitura da Cidade do Recife - PCR;
- B) apresentação e aprovação do projeto de arruamento, com a identificação das quadras e logradouros públicos;
- C) apresentação do registro do projeto de arruamento no Registro Geral de Imóveis (RGI);
- D) execução das obras de infra-estrutura e expedição do termo de verificação ou de aceitação dessas obras;
- E) aprovação do projeto geral do loteamento.

QUESTÃO 10

Aplicando-se a Lei Municipal nº. 16. 292/97 que trata das Edificações e Instalações no Município do Recife é correto afirmar:

- A) as construções, reformas e demolições somente poderão ser iniciadas, depois de devidamente licenciadas pelo órgão técnico competente, observadas as disposições desta Lei e das demais normas legais e regulamentares pertinentes.
- B) os alvarás de construção para as obras com área de até 500m² (quinhentos metros quadrados) terão validade de 24 meses;
- C) a renovação do alvará de construção dependerá da revalidação do projeto;
- D) é necessário o alvará de construção para reconstituição de danos causados por rachaduras e infiltrações;
- E) o alvará de construção será cancelado pelo Município apenas quando constatada a irregularidade no deferimento do pedido.

QUESTÃO 11

Sobre a organização político-administrativa do Estado brasileiro na CF/1988 e as competências dos entes da federação, assinale a alternativa correta:

- A) A autonomia é característica de todos os entes da federação; já a soberania é atribuída unicamente à União e aos Estados, não sendo possível seu exercício pelos Municípios.
- B) Para a criação de um novo Estado, são imprescindíveis os Estudos de Viabilidade Estadual, constitucionalmente previstos.
- C) O STF considera constitucional lei estadual que dispõe acerca de sistemas de consórcios, bingos e loterias.
- D) É possível a subdivisão e o desmembramento de Estados da federação brasileira, desde que aprovada por plebiscito e pelo Congresso Nacional, exclusivamente mediante lei complementar.
- E) Compete exclusivamente à União efetuar intervenção nos Estados e nos Municípios.

QUESTÃO 12

Ainda sobre as competências dos entes federativos brasileiros, assinale a alternativa incorreta:

- A) Apesar de serem infrações de natureza político-administrativa, os crimes de responsabilidade, sua definição e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são de competência legislativa da União.
- B) Segundo a doutrina dominante, as competências comuns são aquelas em que a União estabelece normas de caráter geral e os Estados, Distrito Federal e Municípios legislam suplementarmente.
- C) É competência privativa da União legislar sobre direito civil, penal, registros públicos, propaganda comercial e material bélico, incluindo, neste último caso, a destinação das armas irregulares apreendidas pelo poder público.
- D) A diferença teórica entre a competência exclusiva e a privativa é que esta última pode ser delegada a outro ente federativo e a primeira não.
- E) O Município é constitucionalmente competente para fixar horário de funcionamento de estabelecimento comercial, assim como estabelecer tempo máximo de espera em filas de atendimento bancário.

QUESTÃO 13

Acerca da política urbana e da proteção ao meio ambiente natural e cultural, assinale a alternativa incorreta:

- A) O Município pode legislar sobre preservação do meio ambiente, desde que nos limites dos assuntos de interesse local.
- B) A prestação de transporte urbano consubstancia serviço público de interesse local, sendo de competência legislativa do Município.
- C) Embora seja obrigatório apenas para cidades com mais de vinte mil habitantes, o plano diretor pode ser instituído por qualquer Município brasileiro.
- D) Proteger o meio ambiente é competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- E) A desapropriação pelo Município de imóvel urbano não edificado ou subutilizado pelo proprietário, de acordo com a lei e com o plano diretor, é caracterizada pela doutrina como desapropriação-sanção.

QUESTÃO 14

Ainda sobre política urbana e proteção ao meio ambiente, assinale a alternativa correta:

- A) Em razão do princípio da proporcionalidade, a proteção ao meio ambiente cultural justifica a tolerância jurídica em relação a algumas práticas cruéis com animais, tais como a famosa “farra do boi” em Santa Catarina.
- B) A pessoa jurídica não pode ser criminalmente responsabilizada em caso de conduta lesiva ao meio ambiente, embora não fique livre de responsabilização civil e administrativa.
- C) O Município pode estabelecer alíquotas progressivas para o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) em razão do cumprimento da função social da propriedade urbana.
- D) O Estudo Prévio de Impacto Ambiental é obrigatório para obras potencialmente causadoras de degradação do meio ambiente, devendo, entretanto, ser publicado apenas após a aprovação da obra pelo órgão ambiental competente.
- E) O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um típico direito fundamental de quarta dimensão.

QUESTÃO 15

Acerca da Administração Pública na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta:

- A) A Administração Pública pode revogar seus próprios atos por conveniência e oportunidade, não cabendo, nesses casos, a apreciação judicial do ato revogatório.
- B) A reforma constitucional da Administração Pública incluiu dentre seus princípios constitucionais o princípio da eficiência, não previsto originariamente no texto da Constituição de 1988.
- C) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o limite de idade para inscrição em concurso público só é admissível se a própria natureza das atribuições do cargo a ser preenchido o justifique.
- D) A regra geral de investidura em cargo ou emprego público é a da exigência de prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego.
- E) A falta de lei específica regulamentando o direito de greve do servidor público fez com que recentemente o STF começasse a admitir a aplicação da Lei de Greve dos trabalhadores da iniciativa privada no que couber.

QUESTÃO 16

Sobre o Poder Judiciário e sua estruturação na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta:

- A) Os três anos de atividade jurídica exigidos para o ingresso na carreira da magistratura devem ser contados posteriormente à obtenção do grau de bacharel em Direito.
- B) O quinto constitucional não é aplicável aos Tribunais Superiores, nem ao Supremo Tribunal Federal.
- C) De uma causa decidida em última instância pelo Tribunal de Justiça do Estado que der a uma lei federal interpretação divergente em relação a outro Tribunal, cabe recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.
- D) A reforma do Poder Judiciário (EC 45/2004) incluiu na estrutura constitucional do mesmo o Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle externo com competência para reformar decisões exaradas por juízes submetidos a processo disciplinar.
- E) A partir da reforma do Poder Judiciário (EC 45/2004), torna-se possível a edição pelo STF de súmulas de jurisprudência com efeito vinculante.

QUESTÃO 17

Acerca do Poder Legislativo na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- A) Dentre os poderes de investigação próprios das autoridades judiciais que possuem as Comissões Parlamentares de Inquérito está o de decretar fundamentadamente a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico.
- B) Pode-se afirmar que no Brasil o Poder Legislativo federal está estruturado em forma de bicameralismo meramente funcional, não tendo essa estruturação uma relação direta com a forma federativa de Estado.
- C) Compete exclusivamente ao Congresso Nacional o julgamento do Presidente da República por crimes de responsabilidade, após autorização da Câmara dos Deputados.
- D) As medidas provisórias não podem dispor sobre direito penal, processual penal e processual civil, assim como direito do trabalho e processo trabalhista.
- E) Para a jurisprudência do STF, se um projeto de lei de iniciativa privativa do Presidente da República for proposto por um parlamentar, ele poderá ser posteriormente convalidado, desde que o Presidente expressamente o sancione.

QUESTÃO 18

Sobre a configuração do Poder Executivo no regime constitucional atual, assinale a alternativa incorreta:

- A) O Poder Executivo no presidencialismo brasileiro é do tipo monocrático, ou seja, as funções de chefe de Estado e de chefe de governo concentram-se na figura do Presidente da República.
- B) É possível a eleição indireta para Presidente e Vice-Presidente da República nos dois últimos anos do período presidencial em caso de vacância de ambos os cargos.
- C) O Presidente da República pode dispor sobre extinção de cargos públicos vagos mediante decreto autônomo, não necessitando de lei ou de medida provisória para tal.
- D) Nos casos de intervenção federal nos Estados, é obrigatória a oitiva dos Conselhos da República e da Defesa Nacional, embora os pareceres dos referidos órgãos não sejam vinculantes para o Poder Executivo federal.
- E) No caso de cometimento de infrações penais comuns, o Presidente da República será julgado pelo Supremo Tribunal Federal, após a admissão da acusação pelo Congresso Nacional em sessão unicameral.

QUESTÃO 19

A permissão para a instalação de banca de revistas em praça pública constitui:

- A) espécie de ato vinculado deferido no interesse de certos particulares.
- B) espécie de ato discricionário que, se tiver prazo certo, não pode ser objeto de revogação.
- C) espécie de ato discricionário e precário que pode a qualquer tempo ser revogado quando o interesse público o exigir.
- D) espécie de contrato administrativo precedido de autorização legal e de licitação para a escolha do beneficiário.
- E) espécie de ato vinculado que sempre gera direito à indenização no caso de revogação.

QUESTÃO 20

A propósito do exercício do poder de polícia do Município no controle das edificações, pode-se afirmar que:

- A) a competência do Município é de natureza suplementar, uma vez que as questões urbanísticas interessam a todas as entidades estatais, incluindo a União e os Estados.
- B) no caso de construções clandestinas, o Município pode, observado o devido processo legal, efetuar o embargo e demolição da obra.
- C) o embargo da obra dispensa a notificação do responsável, sob pena de se inviabilizar o controle a ser efetivado pelo Município sobre as construções realizadas no seu território.
- D) o particular, que obteve alvará de construção, está imune de ter o seu direito suprimido pelo Município, ainda que lhe seja oferecida indenização.
- E) as normas administrativas, que regulamentam as construções urbanas, porque ditadas pelo interesse público, podem contrariar as disposições da lei civil relativas ao direito de construir.

QUESTÃO 21

Suponha que o Município do Recife pretenda desapropriar determinado imóvel particular e o declare de interesse social para fim de construir casas populares. Para atingir o seu objetivo, deve o Município:

- A) obter autorização da Câmara de Vereadores para promover a desapropriação.
- B) ingressar em juízo com a competente ação de desapropriação, não cabendo indenização ao proprietário se o imóvel não estiver cumprindo a função social definida no Plano Diretor do Município.
- C) imitar-se na posse do imóvel, a fim de iniciar o programa de construção de casas populares, e só então ingressar em juízo com a competente ação de desapropriação.
- D) dentro do prazo de até cinco anos, a partir da decretação da desapropriação por interesse social, efetivar a desapropriação e iniciar as providências para o aproveitamento do bem expropriado.
- E) dentro do prazo de até dois anos, a partir da decretação da desapropriação por interesse social, efetivar a desapropriação e iniciar as providências para o aproveitamento do bem expropriado.

QUESTÃO 22

Considera-se efeito decorrente da presunção de legitimidade dos atos administrativos:

- A) o ônus do particular de comprovar a ilegalidade do ato por ele questionado.
- B) a proibição de empregar parentes no serviço público.
- C) a prática de atos administrativos vinculados.
- D) a impossibilidade de se declarar a nulidade dos atos administrativos.
- E) a possibilidade da aplicação da teoria da convalidação dos atos administrativos.

QUESTÃO 23

A responsabilidade do Município por danos causados aos particulares:

- A) independe da comprovação de ter sido o dano causado por ação ou omissão de agente público municipal ou de quem lhe faça as vezes.
- B) pressupõe que se comprove a existência do dano e seu nexos com a ação ou omissão atribuída a agente público municipal ou quem lhe faça as vezes.
- C) é excluída quando o que o particular alega é a omissão do agente público municipal.
- D) é imprescritível.
- E) é de natureza subjetiva.

QUESTÃO 24

Com relação aos bens é correto afirmar que:

- A) são considerados fungíveis os bens que possuem um valor imaterial agregado – a exemplo de jóias de família ou de um determinado animal reprodutor – e infungíveis aqueles bens que podem ser substituídos por outro da mesma espécie quantidade e qualidade, como, em regra, os alimentos.
- B) enquadram-se na classificação de inconsumíveis os bens cuja comercialização é proibida por lei, enquanto os consumíveis são aqueles negociáveis no mercado.
- C) a vida, no que se refere à sua classificação, é considerada bem corpóreo, haja vista depender de um organismo (corpo) para sua existência.
- D) as benfeitorias úteis são aquelas destinadas à conservação do bem, ou a evitar a deterioração deste.
- E) não só em decorrência de lei, mas também em razão da vontade das partes, pode-se tornar indivisível um determinado bem que seja, por sua natureza, divisível.

QUESTÃO 25

O Código Civil prevê hipóteses em que ocorrerá a invalidade do negócio jurídico. São causas de nulidade dessa espécie de ato jurídico, exceto:

- A) A absoluta ou relativa incapacidade do agente.
- B) O objeto ilícito, impossível ou indeterminado.
- C) O motivo ilícito.
- D) A realização de forma diversa da prevista em lei.
- E) A preterição de alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.

QUESTÃO 26

Sobre o instituto da posse, assinale a alternativa correta.

- A) Apenas o possuidor indireto, ou seja, o proprietário da coisa, pode reivindicar a proteção da posse contra terceiros.
- B) Na posse de mais de ano e dia, o possuidor poderá defender sua posse contra terceiros, mas não contra o proprietário.
- C) Ao possuidor de má-fé não é dado o direito de ajuizar ação possessória para proteger a sua posse.
- D) A aquisição da posse pode dar-se por pessoa incapaz, desde que exerça qualquer dos poderes inerentes à propriedade.
- E) Até que se prove o contrário, a posse do imóvel faz presumir a das coisas móveis que nele estiverem.

QUESTÃO 27

No que se refere ao regramento da propriedade, previsto no Código Civil, assinale a alternativa incorreta.

- A) O Direito brasileiro permite a desapropriação de bem particular, tanto em razão do interesse social, quanto por utilidade ou necessidade pública.
- B) Na hipótese de perigo público iminente, admite-se, por força da legislação civil, o instituto da requisição.
- C) O proprietário reúne as faculdades de usar, gozar, dispor da coisa e reavê-la de quem injustamente a possua ou detenha.
- D) O imóvel situado em zona urbana ou rural, que for abandonado por mais de três anos, será declarado vago e sua propriedade passará à União.
- E) O usucapião, espécie de aquisição da propriedade, é possível tanto para bens móveis quanto imóveis.

QUESTÃO 28

Sobre o Direito de vizinhança, assinale a alternativa correta.

- A) Uma vez que o direito pleno sobre determinado bem cabe ao seu legítimo proprietário, a este é facultado promover, desde que dentro do seu terreno, as construções que entender convenientes, não sendo conferido aos vizinhos direito de reclamar sobre a obra.
- B) Caso uma árvore, por exemplo, ultrapasse a linha que divide dois terrenos, o proprietário prejudicado poderá cortar os ramos e raízes que invadam seus limites, desde que haja anuência do dono do terreno confinante.
- C) Alguém que seja proprietário de terreno sem acesso à via pública poderá constranger seu vizinho a lhe dar passagem, independente de indenização.
- D) Desde que assegurado o direito de passagem forçada a determinado proprietário de terreno, este possui o direito de indicar, à sua escolha, dentre os imóveis confinantes, qual irá se submeter à referida passagem.
- E) O proprietário de imóvel é obrigado a tolerar a entrada, em seu terreno, de vizinho, desde que haja aviso prévio e a medida seja indispensável para, por exemplo, a limpeza da casa ou do muro divisório.

QUESTÃO 29

Acerca do condomínio geral e edilício, marque a alternativa incorreta.

- A) No tocante ao condomínio geral, cada condômino age como proprietário exclusivo do todo quando reivindica a coisa que está em poder de terceiros.
- B) A ação de divisão, que visa à extinção do condomínio geral em coisa divisível, é imprescritível.
- C) Quando há a extinção do condomínio geral pela venda da coisa indivisível, qualquer comprador pode adquirir a coisa em igualdade de condições com os antigos condôminos.
- D) O administrador do condomínio geral pode não ser um dos condôminos.
- E) O condomínio edilício pode ser instituído por ato *inter vivos* ou por testamento, registrado no Cartório de Registro de Imóveis competente.

QUESTÃO 30

Com relação às superfícies e às servidões, analise as seguintes afirmativas.

- A concessão da superfície, por ser uma espécie de restrição ao uso do bem, só se admite na modalidade onerosa;
- É possível a transferência, aos herdeiros do superficiário, do direito de superfície;
- Desde que ofereça as mesmas condições para a compra do imóvel em que se dá o direito de superfície, o superficiário tem preferência na aquisição do bem;
- Na hipótese de extinção do direito de superfície em virtude de desapropriação, a indenização proveniente do ato será dividida entre o proprietário e o superficiário, na proporção de seus direitos.
- O não uso, por dez anos contínuos, é uma das hipóteses em que se extingue a servidão.

Estão corretas apenas:

- A) 1, 2 e 3.
- B) 1, 3 e 4.
- C) 1, 4 e 5.
- D) 2, 3, 4 e 5.
- E) 2, 4 e 5.

QUESTÃO 31

Sobre as ações possessórias, seus pressupostos e conseqüências no Direito brasileiro, assinale a alternativa correta:

- A) As ações possessórias, por envolverem questões relativas à propriedade do bem em litígio, só podem ser propostas pelo dono do imóvel, nunca, por exemplo, por um locatário;
- B) A simples ameaça ao poder de fato dirigida contra o possuidor de um imóvel dá ensejo à propositura da ação de manutenção de posse;
- C) O Código de Processo Civil define e conceitua os institutos do esbulho, da ameaça e da turbação, de sorte a indicar, em cada caso, qual a ação judicial adequada a ser proposta pelo legítimo prejudicado;
- D) A turbação, por representar a chamada *vis inquietativa*, propicia ao legítimo possuidor o uso do instrumento processual da ação de interdito proibitório;
- E) A ação de reintegração de posse tem como requisito para seu cabimento a ocorrência do esbulho, o qual consiste na privação, total ou parcial, contra a vontade do legítimo possuidor, do poder de fato sobre a coisa (*vis expulsiva*).

QUESTÃO 32

Acerca, ainda, das ações possessórias, analise as seguintes afirmativas:

1. Sendo as hipóteses de cabimento para as ações possessórias taxativamente definidas na legislação processual, caso o autor eleja, equivocadamente, uma delas, deverá o processo ser extinto sem julgamento do mérito, haja vista a impossibilidade de se aplicar o princípio da fungibilidade nesses casos;
2. O pedido veiculado nas ações possessórias pode ser cumulado com outro, como, por exemplo, a condenação em perdas e danos, entretanto a postulação não pode ser implícita, devendo ser formulada expressamente pelo autor;
3. Caso a ação seja proposta em face de um determinado Município, por exemplo, a liminar em ação de manutenção ou reintegração de posse não será concedida sem a intimação anterior para manifestação do procurador do Município;
4. Uma vez proposta determinada ação possessória, o réu não poderá formular pedido no mesmo processo, ainda que compatível com tal procedimento, haja vista a existência de ação judicial adequada para tal finalidade (reconvenção);
5. Tendo em conta que a liminar é o meio processual mais eficiente à garantia imediata do direito do autor, o juiz poderá conceder tal medida independentemente de se tratar de posse nova ou velha.
- 6.

Estão **corretas** apenas:

- A) 2 e 3.
- B) 1, 4 e 5.
- C) 2, 3, 4 e 5.
- D) 3 e 4.
- E) 1 e 2.

QUESTÃO 33

Uma das ações que figura entre aquelas previstas no Livro IV (Procedimentos Especiais) do Código de Processo Civil é a de nunciação de obra nova. Sobre este tipo de ação é **correto** afirmar que:

- A) por se tratar de ação de caráter pessoal, não possuindo, pois, natureza possessória, a nunciação de obra nova deverá ser processada e julgada no foro onde possui domicílio o réu, mesmo que diverso da comarca em que se situa o bem imóvel objeto da demanda.
- B) ao juiz cabe conceder o embargo somente após a audiência de justificação, oportunidade em que, sumariamente, autor e réu apresentarão suas razões para o deferimento ou não da medida.
- C) concedida a possibilidade de continuação da obra mediante caução, esta deverá ser prestada no juízo de origem, ainda que o processo esteja em grau de recurso no tribunal.
- D) demonstrada, na petição inicial, a irregularidade da obra e na hipótese de esta ser flagrante, poderá o juízo, em ação de nunciação de obra nova, determinar a suspensão da construção, ainda que tal providência não tenha sido expressamente requerida pelo autor.
- E) por envolver interesses de proprietários de imóveis vizinhos prejudicados com a construção, a ação de nunciação de obra nova tem como legitimados ativos somente os particulares donos dos imóveis. Na hipótese de haver interesse do Município para o embargo da obra, cabe-lhe apenas a adoção de medidas extrajudiciais, em atenção ao princípio da auto-executoriedade dos atos administrativos.

QUESTÃO 34

No que se refere às ações de desapropriação e de demarcação, assinale a alternativa **correta**:

- A) Caso haja autorização legislativa do Município interessado em promover a desapropriação, poderão ser objeto de tal ação bens públicos da União ou do Estado da Federação onde se localiza o Município.
- B) Na hipótese de todos os interessados serem maiores e capazes e haver consenso quanto aos termos da demarcação, esta poderá ser realizada diretamente por escritura pública, em Cartório, sem a necessidade de propositura de ação judicial.
- C) Em caso de condomínio, ao síndico é conferida a legitimidade ativa da ação de demarcação, sendo vedado aos condôminos, individualmente, ajuizar esse tipo de demanda;
- D) Nas ações de demarcação, caso as partes cheguem a um acordo, será proferida sentença homologatória. Na hipótese de não haver tal consenso, esse tipo de decisão figura incabível, devendo ser prolatada sentença de natureza condenatória;
- E) A ação de demarcação não possui natureza dúplice, de sorte que, caso o réu deseje formular qualquer pedido, deverá fazê-lo através da via da reconvenção.

QUESTÃO 35

Acerca da ação de usucapião, prevista nos artigos 941 e seguintes do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- A) o instituto do usucapião, por ser modalidade de aquisição derivada da propriedade, consiste na transferência do domínio do bem àquele que preencha os requisitos exigidos pela legislação aplicável à espécie.
- B) o provimento judicial veiculado na ação de usucapião é de natureza constitutiva, daí dizer-se que o ato de prolação da sentença confere ao vencedor da ação o título de propriedade.
- C) os representantes judiciais das pessoas jurídicas de direito público deverão comparecer, periodicamente, às varas cíveis em que haja ações de usucapião, a fim de manifestarem seu interesse sobre os bens, tendo em vista que a legislação processual dispensa a intimação dos advogados públicos.
- D) mesmo quando as pessoas que figurem como partes no processo da ação de usucapião forem maiores e capazes, faz-se necessária a intervenção do Ministério Público na qualidade de *custos legis*.
- E) quando o bem a ser objeto da ação de usucapião for público, o prazo para sua prescrição aquisitiva contar-se-á em dobro.

QUESTÃO 36

O Título XI do Código Penal brasileiro trata dos Crimes contra a Administração Pública. Sobre as espécies de delitos contempladas nessa parte do Código é correto afirmar que:

- A) os crimes funcionais próprios são aqueles em que, retirada a qualidade de funcionário público do agente, o fato permanece criminoso, a exemplo do que ocorre com a conduta prevista no peculato, a qual, praticada por particular, configura-se furto.
- B) o peculato, a despeito de prever, em seu tipo penal, a qualidade de funcionário público do agente criminoso, poderá vir a ser praticado por quem não possui vínculo funcional com a Administração Pública.
- C) denomina-se *extraneus* a pessoa que estava fora do prédio público onde tenha sido praticado crime de peculato e *intraneus* o funcionário público que lá estava, sendo esse último considerado suspeito do delito.
- D) o funcionário público que solicita vantagem indevida em razão de sua função pratica o crime de corrupção ativa.
- E) na hipótese de o funcionário público solicitar vantagem indevida em razão de seu cargo, estará cometendo o crime de corrupção passiva. Se a conduta, entretanto, for a de exigir tal vantagem, incidirá no mesmo tipo penal, com o diferencial de o juiz aplicar pena mais rígida.

QUESTÃO 37

Ainda no que se refere aos Crimes contra a Administração Pública, pode-se dizer que:

- A) alguém que profere xingamentos contra policial de trânsito em razão de uma multa comete o crime de injúria qualificada, tendo em vista a condição de funcionário público do sujeito passivo do delito.
- B) na tipificação penal, o legislador, atento à dimensão dos bens envolvidos nos crimes contra a Administração, cominou para os funcionários públicos federais pena maior em relação aos mesmos delitos cometidos por funcionários públicos estaduais, os quais, por sua vez, são apenados mais severamente do que ilícitos semelhantes praticados por funcionários públicos municipais.
- C) seguindo a mesma sistemática adotada pelo Código Penal para o furto, não há previsão de tipificação para o peculato na modalidade culposa.
- D) tendo em vista que o vínculo jurídico do funcionário público trava-se por ocasião de sua posse, somente a partir desta se pode cometer, por exemplo, o crime de corrupção passiva.
- E) a corrupção passiva é considerada crime formal, de modo que não se exige, para a consumação do ilícito, o recebimento da quantia indevida, sendo esse mero exaurimento do delito.

QUESTÃO 38

3) Acerca da subsunção de alguém ao conceito de funcionário público para efeitos penais e suas conseqüências jurídicas, a única assertiva correta é a seguinte:

- A) alguém que exerça um cargo em comissão da administração direta considera-se também funcionário público e estará sujeito às mesmas penas previstas para outros funcionários públicos que detenham, ou não, cargo em comissão.
- B) somente se consideram funcionários públicos para efeitos penais aqueles cujo acesso ao cargo tenha se dado através de concurso público.
- C) parlamentares, por serem membros de Poder, só se consideram funcionários públicos quando figurarem na qualidade de sujeito passivo do crime. Assim, podem ser vítimas de desacato, mas na hipótese de se apropriarem de dinheiro público, será configurado o crime previsto no art. 155 do Código Penal (furto) e não no art. 312 (peculato).
- D) jurados e mesários, ainda que desempenhem função pública de modo temporário, estão insertos no conceito de funcionário público.
- E) a sociedade de economia mista é entidade de natureza privada, de sorte que seus dirigentes não se enquadram no conceito de funcionário público, sendo irrelevante a atuação desse agente na qualidade de sujeito ativo ou passivo do crime.

QUESTÃO 39

João, inimigo político de José, sabendo que este não cometera qualquer crime, prepara um dossiê com informações falsas e o entrega ao Ministério Público, com o fito de que a instituição ingresse com ação judicial em face de José e assim lhe cause transtornos e prejuízos. No suposto documento, estariam informações de que José haveria cometido peculato, quando prefeito de um Município. O Ministério Público, pois, ingressa com uma ação de improbidade administrativa em face de José. No caso hipotético acima apresentado, João praticou a conduta prevista no seguinte tipo penal:

- A) calúnia;
- B) difamação;
- C) denúncia caluniosa;
- D) falsidade de documento público;
- E) comunicação falsa de crime ou de contravenção.

QUESTÃO 40

Paulo, funcionário público municipal, apropria-se, dolosamente, de um computador que lhe era destinado para realizar seu trabalho na Prefeitura. O Ministério Público estadual propôs ação penal em face do funcionário. Antes de proferida a sentença, Paulo repara integralmente o dano, restituindo o bem nas mesmas condições em que lhe fora entregue. Na situação hipotética acima apresentada, qual das seguintes assertivas responde corretamente a questão?

- A) a conduta praticada por Paulo é atípica, porquanto não existe no ordenamento jurídico brasileiro a figura do peculato-apropriação;
- B) a reparação, por Paulo, do dano causado, ainda que integral, não extingue a punibilidade, nem reduzirá a pena à metade;
- C) tendo em vista que a reparação do dano por Paulo precedeu à sentença, haverá a extinção da punibilidade do agente;
- D) em virtude de o Ministério Público já haver ajuizado a ação penal, a pena de Paulo será reduzida à metade, eis que a punibilidade somente seria extinta, se a reparação do dano fosse realizada antes da propositura da ação;
- E) a pena de Paulo será aumentada em metade, uma vez que a reparação do dano constitui, pois, confissão do crime.

RASCUNHO

TEXTO 1

A concepção de que *língua* e *gramática* são uma coisa só deriva do fato de, ingenuamente, se acreditar que a língua é constituída de um único componente: a gramática. Por essa ótica, saber uma língua equivale a saber sua gramática; ou, por outro lado, saber a gramática de uma língua equivale a dominar totalmente essa língua. É o que se revela, por exemplo, na fala das pessoas quando dizem que “alguém não sabe falar”. Na verdade, essas pessoas estão querendo dizer que esse alguém “não sabe falar de acordo com a gramática da suposta norma culta”. Para essas pessoas, língua e gramática se equivalem. Uma esgota totalmente a outra. Uma preenche inteiramente a outra. Nenhuma é mais que a outra. Na mesma linha de raciocínio, consolida-se a crença de que o estudo de uma língua é o estudo de sua gramática.

Ora, a língua, por ser uma atividade interativa, direcionada para a comunicação social, supõe outros componentes além da gramática, todos relevantes, cada um constitutivo à sua maneira e em interação com os outros. De maneira que uma língua é uma entidade complexa, um conjunto de subsistemas que se integram e se interdependem irremediavelmente.

Uma língua é constituída de dois componentes: um léxico – ou o conjunto de palavras, o vocabulário; e uma gramática – que inclui as regras para se construir palavras e sentenças da língua. Ocorre que esses dois componentes estão em íntima inter-relação; estão em permanente entrecruzamento; tanto que o componente da gramática inclui regras que especificam a criação de novas unidades do léxico ou sua adaptação às especificidades morfológicas da língua, pela mobilização de seu estoque de radicais, prefixos e sufixos.

Mas ocorre, ainda, que uma língua é mais que um sistema em potencial, em disponibilidade. Supõe um uso, supõe uma atualização concreta – datada e situada – em interações complexas que, necessariamente, compreendem: a composição de textos e uma situação de interação (que inclui normas sociais de atuação). Dessa forma, a língua apresenta mais de um componente, e seu uso está sujeito a diferentes tipos de regras e normas. Restringir-se, pois, à sua gramática é limitar-se a um de seus componentes apenas. É perder de vista sua totalidade e, portanto, falsear a compreensão de suas múltiplas determinações.

ANTUNES, Irlandé. Muito além da gramática. São Paulo: Parábola, 2007, p.39-41. Adaptado.

QUESTÃO 41

A compreensão do Texto 1 nos leva a depreender que seu conteúdo global pode ser sintetizado na seguinte alternativa:

- A) Dizer que “fulano não sabe falar” nada mais é do que revelar um forte preconceito em relação a alguém que não domina a norma culta da língua.
- B) Os dois componentes constitutivos de uma língua – o léxico e a gramática – não são independentes; pelo contrário, guardam entre si estreita relação.
- C) De fato, ter domínio de uma língua equivale a conhecer profundamente sua gramática, ou seja, a compreender as regras que prescrevem certos usos.
- D) Uma língua se configura como uma entidade complexa, a qual, como muitas pessoas supõem, não se restringe a sua gramática.
- E) O conhecimento de uma língua pressupõe o domínio das regras de elaboração de textos em situações de interação, ou seja, o domínio das normas sociais de atuação.

QUESTÃO 42

A apreensão das idéias defendidas no Texto 1 nos permite afirmar que sua autora:

- A) adota a concepção, fortemente consolidada, da equivalência entre língua e gramática.
- B) opta por uma visão de língua que diverge do consenso de que língua e gramática são unívocas.
- C) aceita a univocidade entre língua e gramática, mas apresenta ressalvas em relação a essa idéia.
- D) prefere não posicionar-se quanto à idéia de que uma língua se constitui de sua gramática apenas.
- E) critica ferozmente aqueles autores que defendem a equivalência entre língua e gramática.

QUESTÃO 43

De acordo com o Texto 1, uma língua se caracteriza, dentre outros aspectos, por:

- A) ser sinônimo de norma culta.
- B) esgotar-se em seu léxico.
- C) ser uma atividade interacional.
- D) ser homogênea e muito difícil.
- E) ser uma atividade inata do ser humano.

QUESTÃO 44

“Restringir-se, pois, à sua gramática é limitar-se a um de seus componentes apenas. É perder de vista sua totalidade e, portanto, falsear a compreensão de suas múltiplas determinações.” Acerca dos termos destacados, é **correto** afirmar que:

- A) o primeiro introduz a causa de um fato; o segundo indica uma conclusão.
- B) o primeiro indica uma conclusão; o segundo, uma condição.
- C) ambos foram utilizados para indicar condição.
- D) o primeiro sinaliza uma explicação; o segundo indica uma condição.
- E) funcionam, ambos, para indicar uma conclusão.

QUESTÃO 45

Analise a correlação semântica entre os termos ou expressões destacados nos enunciados a seguir.

1. “Por essa ótica, (ponto de vista), saber uma língua equivale a saber sua gramática.”
2. “Na mesma linha de raciocínio, consolida-se (retifica-se) a crença de que o estudo de uma língua é o estudo de sua gramática.”
3. “a língua, por ser uma atividade interativa, supõe outros componentes além da gramática, todos relevantes (importantes)”.
4. “o componente da gramática inclui regras que especificam a criação de novas unidades do léxico ou sua adaptação às especificidades (particularidades) morfológicas da língua.”

Há equivalência semântica em:

- A) 1 e 4, apenas.
- B) 1 e 2, apenas.
- C) 2 e 3, apenas.
- D) 1, 2 e 3, apenas.
- E) 1, 2, 3 e 4.

QUESTÃO 46

Assinale a alternativa na qual se faz uma afirmação correta, acerca de alguns elementos lingüísticos presentes no Texto 1.

- A) “É o que se revela, por exemplo, na fala das pessoas quando dizem que “alguém não sabe falar.”” – No trecho em destaque, as aspas foram utilizadas para indicar que ele está sendo empregado com um sentido conotativo.
- B) “Ora, a língua, por ser uma atividade interativa (...)” – O termo que introduz esse trecho tem valor temporal.
- C) “Uma língua é constituída de dois componentes”. – O pronome indefinido com que se inicia esse trecho indica que o que se afirma vale para qualquer língua.
- D) “Restringir-se, pois, à sua gramática é limitar-se a um de seus componentes apenas.” – O sinal indicativo de crase, nesse trecho, é obrigatório.
- E) “e uma gramática – que inclui as regras para se construir palavras e sentenças da língua.” – O termo destacado nesse trecho pode ser substituído por ‘onde’, mantendo-se o sentido.

QUESTÃO 47

Assinale a alternativa em que a concordância nominal está correta.

- A) Cada vez menos pessoas acreditam que dominar uma língua é fácil.
- B) Os falantes, eles mesmo, constroem mitos em relação à língua.
- C) A constatação de que a língua é heterogênea é absolutamente necessário.
- D) Os autores que defendem a exclusividade da gramática estão ficando cada vez mais só.
- E) Dizer que a língua é a sua gramática é, de fato, uma meia verdade.

QUESTÃO 48

“Para essas pessoas, língua e gramática se equivalem. Uma esgota totalmente a outra. Uma preenche inteiramente a outra. Nenhuma é mais que a outra.” – A pontuação desse trecho estaria igualmente correta se fosse feita conforme a alternativa:

- A) Para essas pessoas, língua e gramática se equivalem: uma, esgota totalmente a outra; uma, preenche inteiramente a outra; nenhuma, é mais que a outra.
- B) Para essas pessoas: língua e gramática se equivalem. Uma esgota totalmente a outra, uma preenche inteiramente a outra, nenhuma é mais, que a outra.
- C) Para essas pessoas, língua e gramática se equivalem; uma esgota, totalmente, a outra! Uma preenche, inteiramente, a outra. Nenhuma é mais, que a outra.
- D) Para essas pessoas, língua e gramática se equivalem. Uma esgota totalmente a outra; uma preenche inteiramente a outra; nenhuma é mais que a outra.
- E) Para essas pessoas, língua e gramática se equivalem. Uma esgota totalmente a outra, uma preenche inteiramente a outra. Nenhuma é: mais que a outra.

TEXTO 2

Vou começar falando de uma vespa, que pode ser vista pelos campos numa eterna caçada que se repete há milhares de gerações. A vespa procura uma aranha. Trava com ela uma luta de vida e morte. Pica-a várias vezes, paralisando-a viva. Arrasta-a, então, indefesa, para o seu ninho, um buraco na terra. Deposita os seus ovos. Depois disso sai e morre. Tempos depois nascem as larvas, que se alimentarão da carne viva da aranha. Crescerão sem ter nenhuma mestra que lhes ensine o que fazer. A despeito disso, farão *exatamente* o que fizeram sua mãe, sua avó, e todos os ancestrais, por tempos imemoriais...

Educação perfeita, sem mestres e sem consciência. Na verdade, educação alguma, porque o conhecimento já nasce solidário com o corpo e faz com que o corpo faça o que tem de fazer. Repetição sem fim. Cada geração *reproduz* a outra. Graças à repetição e à reprodução a vida é possível. Já imaginaram o que aconteceria se, a cada nova geração, tudo devesse começar da estaca zero? (...)

À vespa são poupadas as dores da aprendizagem. Todo o conhecimento necessário à sua vida já está presente, inconscientemente, no seu corpo. Programada perfeitamente para viver e para morrer. Vida sem problemas novos, sem angústias, sem neuroses, sem revoluções.

Nós?

Seres de programação biológica atrofiada, encolhida, restrita. Verdade que ela diz bastante sobre as coisas que devem ocorrer dentro da nossa pele, tanto assim que as crianças continuam a nascer, na maioria das vezes perfeitas, de mães e pais que nada sabem. Mas ela diz muito pouco, se é que diz alguma coisa, sobre o que fazer por este mundo afora. Tanto assim que foi preciso que os homens *inventassem* maneiras de ser humanos por meio da imaginação e de convenções. São os mundos da cultura. Mas essas invenções não se transformam nunca em programação biológica. Por isso as receitas de como ser humano têm de ser ensinadas, aprendidas, preservadas. E isso se faz por meio da linguagem.

ALVES, Rubem. *Conversas com quem gosta de ensinar*. Campinas, SP: Papirus, 2000, p.69-71. Excerto adaptado.

QUESTÃO 49

O cotejo que se faz, no Texto 2, entre a vespa e o ser humano, tem a finalidade de apresentar a idéia de que:

- A) da mesma maneira que as vespas, os homens deveriam não precisar sofrer “as dores da aprendizagem”.
- B) diferente das vespas, nosso caráter de ‘humanos’ requer que estejamos em constante aprendizagem.
- C) no processo de evolução, o homem perdeu a capacidade de aprender por programação biológica.
- D) o homem deve usar a linguagem para aprender a desenvolver suas características biológicas.
- E) os mundos da cultura atrofiaram, nos homens, sua capacidade de atuar por programação biológica.

QUESTÃO 50

“Crescerão sem ter nenhuma mestra que lhes ensine o que fazer. A despeito disso, farão exatamente o que fizeram sua mãe, sua avó, e todos os ancestrais, por tempos imemoriais...”

– A expressão destacada nesse trecho tem o mesmo sentido de:

- A) além disso.
- B) a propósito disso.
- C) por causa disso.
- D) contanto que isso.
- E) apesar disso.

RASCUNHO